

FRANCISCO JOSÉ CAHALI

Curso de **ARBITRAGEM**

Mediação • Conciliação • Resolução CNJ 125/2010

5.^a edição

revista e atualizada, de acordo

com a Lei 13.129/2015 (Reforma da Lei de Arbitragem),

com a Lei 13.140/2015 (Marco Legal da Mediação)

e com o Novo CPC

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CURSO DE ARBITRAGEM

- Mediação • Conciliação
- Resolução CNJ 125/2010

FRANCISCO JOSÉ CAHALI

5.^a edição revista e atualizada, de acordo com a Lei 13.129/2015
(Reforma da Lei de Arbitragem), com a Lei 13.140/2015
(Marco Legal da Mediação) e o Novo CPC

1.^a edição: 2011 – 2.^a edição: 2012 – 3.^a edição: 2013 – 4.^a edição: 2014



© desta edição [2015]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso *site*: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [08-2015]

Universitário (texto)

Fechamento desta edição [24.07.2015]



ISBN 978-85-203-6579-3

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	11
APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	25
1.1 Introdução às alternativas adequadas de resolução de disputas.....	27
1.2 Breve histórico	33
1.3 Bibliografia recomendada	40
2. ALTERNATIVAS ADEQUADAS PARA SOLUÇÃO DE DISPUTAS, A RES. 125/2010 DO CNJ – TRIBUNAL MULTIORTAS E O NOVO MODELO PROCESSUAL INTRODUZIDO PELO CPC/2015	41
2.1 Introdução	43
2.2 Conciliação, negociação, mediação e arbitragem	44
2.3 Outras alternativas para solução de conflitos	51
2.4 Tribunal multiportas	59
2.5 Do conteúdo da RES. CNJ 125/2010 e estrutura proposta.....	65
2.5.1 A “rede” de tratamento adequado dos conflitos	66
2.5.2 Dos conciliadores e mediadores.....	68
2.6 O novo modelo processual introduzido pelo CPC/2015	70
2.6.1 Valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos no CPC/2015	70
2.6.2 Integração do Mediador e do Conciliador no Código de Processo Civil como auxiliares da justiça	72
2.6.3 Encaminhamento à mediação ou conciliação como etapa inicial do processo	76
2.6.4 Particularidades da Lei 13.140 de 26 de junho de 2015 quanto à mediação judicial	80
2.7 Bibliografia recomendada.....	81

3. MEDIAÇÃO	83
3.1 Introdução	85
3.1.1. A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015.....	89
3.2 Princípios norteadores da mediação	90
3.3 Técnicas de mediação	97
3.4 A latitude (dimensão) da mediação	99
3.5 A Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – suas particularidades	103
3.5.1. Dos mediadores	104
3.5.2. Do procedimento de mediação privada	104
3.5.3. O início da mediação privada.....	106
3.5.4. O desenvolvimento da mediação privada	108
3.5.5. O encerramento da mediação privada	110
3.6 Bibliografia recomendada.....	112
4. ARBITRAGEM – A LEI 9.307/1996, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA.....	113
4.1 Arbitragem – Noções gerais e vantagens do instituto.....	115
4.2 A LEI 9.307/1996	118
4.2.1 A constitucionalidade da Lei 9.307/1996	121
4.3 Natureza jurídica da arbitragem	123
4.4 Bibliografia recomendada.....	130
5. ARBITRABILIDADE, PRINCÍPIOS DA ARBITRAGEM E ESPÉCIES	131
5.1 Arbitrabilidade	133
5.2 Princípios norteadores da arbitragem	136
5.3 Espécies de arbitragem – Institucional ou avulsa (<i>ad hoc</i>)	144
5.3.1 Arbitragem institucional	146
5.3.2 Arbitragem <i>ad hoc</i> ou avulsa.....	148
5.4 Bibliografia recomendada.....	149
6. CONVENÇÃO ARBITRAL	151
6.1 Da convenção de arbitragem	153
6.2 Da cláusula compromissória.....	154
6.2.1 Cláusula arbitral cheia.....	157
6.2.2 Cláusula arbitral vazia	160
6.2.3 Cláusula arbitral patológica.....	167

6.2.4	Cláusula escalonada	171
6.3	Da autonomia da cláusula compromissória	175
6.4	Do compromisso arbitral	177
6.4.1	Da extinção do compromisso arbitral	184
6.5	Dos efeitos da convenção arbitral	186
6.6	Da convivência entre a cláusula compromissória e a eleição de foro.....	191
6.7	Bibliografia recomendada.....	192
7.	DOS ÁRBITROS	195
7.1	Considerações iniciais	197
7.2	Quem pode ser árbitro	198
7.3	A escolha dos árbitros.....	202
7.3.1	Quanto ao número de árbitros	208
7.3.2	O presidente do tribunal arbitral.....	208
7.3.3	Nomeação de secretário.....	210
7.4	Atributos dos árbitros.....	211
7.5	Do impedimento e suspeição do árbitro.....	218
7.6	Da substituição do árbitro.....	222
7.7	Da responsabilidade penal do árbitro	223
7.8	Da responsabilidade civil do árbitro	223
7.9	O árbitro como juiz de fato e de direito, sua autoridade e efeitos da sentença.....	226
7.10	Bibliografia recomendada.....	227
8.	PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	229
8.1	Considerações iniciais – As regras do procedimento arbitral.....	231
8.2	Dos princípios informativos do procedimento arbitral	233
8.3	Da cronologia do procedimento.....	237
8.4	A instauração da arbitragem	238
8.4.1	A exceção de recusa do(s) árbitro(s).....	243
8.4.2	A arguição de vícios relativos a competência, nulidade, invalidade, ineficácia da convenção	247
8.4.3	A omissão das partes, na primeira oportunidade de se manifestar, quanto à recusa do árbitro e quanto aos vícios da convenção.....	250
8.5	A organização da arbitragem	252
8.5.1	A falta de assinatura no termo de arbitragem	256
8.6	Bibliografia recomendada.....	259

9. PROCEDIMENTO ARBITRAL – II.....	261
9.1 Introdução	263
9.2 Do desenvolvimento da arbitragem	264
9.2.1 Fase postulatória	264
9.2.2 Dos atos processuais.....	266
9.2.3 Da revelia.....	267
9.2.4 Da conciliação	269
9.3 A produção de provas na arbitragem	270
9.3.1 Do depoimento das partes.....	273
9.3.2 Do depoimento das testemunhas	274
9.3.3 Do depoimento das testemunhas técnicas – <i>expert witnesses</i>	276
9.4 Casuísticas no curso do procedimento.....	277
9.4.1 As despesas com a arbitragem.....	277
9.4.2 A confidencialidade na arbitragem	280
9.4.3 A interrupção da prescrição pela iniciativa da arbitragem	282
9.4.4 A participação do advogado e assistente da parte	284
9.5 Bibliografia recomendada.....	285
10. TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA NA ARBITRAGEM E COOPERAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	287
10.1 Considerações gerais sobre tutelas provisórias de urgência e de evidência.....	289
10.2 Das tutelas provisórias de urgência na arbitragem.....	293
10.2.1 Tutelas provisórias de urgência antecedentes.....	293
10.2.2 Medidas de urgência no curso da arbitragem	300
10.2.3 Convenção arbitral limitando a apreciação pelo árbitro de tutelas de urgência	303
10.3 Tutela provisória de evidência (antecipada) na arbitragem	304
10.4 Cooperação do Poder Judiciário.....	308
10.5 Da carta arbitral – O Código de Processo Civil de 2015 e a reforma da Lei de Arbitragem	312
10.6 Bibliografia recomendada.....	316
11. SENTENÇA ARBITRAL	317
11.1 Introdução	319
11.2 Do prazo para ser proferida a sentença arbitral	320
11.3 Requisitos da sentença arbitral	323

11.3.1 Documento escrito.....	323
11.3.2 Relatório, fundamentação e dispositivo	324
11.3.3 Data e lugar em que a sentença é proferida.....	326
11.4 Da comunicação da sentença arbitral	327
11.5 Julgamento proferido por Tribunal Arbitral.....	327
11.6 Pedido de esclarecimento	332
11.6.1 Correção de erro material.....	333
11.6.2 Pedido de esclarecimento	333
11.6.3 Do prazo para se aditar a sentença	335
11.7 Sentença parcial (julgamento por etapas).....	335
11.8 Efeitos da sentença arbitral	339
11.8.1 Liquidez da sentença condenatória ao pagamento de quantia certa...	340
11.8.2 O título executivo	341
11.9 Bibliografia recomendada.....	342
12. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA ARBITRAL	343
12.1 Introdução	345
12.2 O conteúdo da sentença e as diversas formas de se exigir o seu cumprimento	346
12.2.1 Da materialização da sentença arbitral – considerações gerais necessárias à compreensão da posição adotada abaixo quanto aos diversos conteúdos possíveis do provimento e forma de sua efetivação	348
12.3 Da eficácia da sentença arbitral declaratória, constitutiva ou executiva <i>lato sensu</i>	351
12.4 Da execução da sentença arbitral condenatória ao pagamento de quantia certa em dinheiro	357
12.4.1 Prazo para cumprimento da sentença	359
12.4.2 Polêmica a respeito da multa pelo não cumprimento da sentença.....	361
12.4.3 A citação pessoal do executado e prosseguimento do processo	364
12.4.4 Defesa.....	365
12.5 Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de fazer e não fazer.....	372
12.5.1 A fixação de prazo para cumprimento da obrigação e multa pela inércia.....	375
12.6 Da execução da sentença arbitral impondo obrigação de entrega de coisa.....	378
12.7 Da execução da sentença arbitral contra a Fazenda Pública.....	379

12.8 Bibliografia recomendada.....	380
13. INVALIDAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL.....	381
13.1 Invalidação da sentença arbitral – Um novo olhar ao instituto	383
13.2 Das causas de invalidação da sentença arbitral.....	389
13.3 Do prazo para a propositura da ação	398
13.4 Procedimento e efeitos da desconstituição da sentença arbitral	399
13.4.1 Sentença que não decide todo o litígio submetido à arbitragem.....	401
13.5 Ação declaratória para impugnar jurisdição, procedimento e a sentença arbitral	404
13.6 Bibliografia recomendada.....	408
14. ARBITRAGEM TEMÁTICA	409
14.1 Introdução	411
14.2 Arbitragem no direito trabalhista	412
14.2.1 Arbitragem nos dissídios coletivos	412
14.2.2 Arbitragem nos dissídios individuais	414
14.3 Arbitragem no direito falimentar	419
14.4 Arbitragem no direito societário	421
14.5 Arbitragem no direito público.....	428
14.6 Arbitragem no direito de família	432
14.7 Arbitragem no direito das sucessões	437
14.8 Bibliografia recomendada.....	440
15. ARBITRAGEM INTERNACIONAL	443
15.1 Objeto deste capítulo	445
15.2 Arbitragem doméstica e arbitragem internacional.....	445
15.3 Escolha de lei aplicável ao mérito da controvérsia.....	449
15.4 Homologação de sentença arbitral estrangeira	452
15.4.1 Normativa, objeto e competência.....	452
15.4.2 Fundamentos para denegação.....	454
15.5 Bibliografia recomendada.....	462
BIBLIOGRAFIA.....	465

ANEXOS – LEI 9.307/1996 E OUTRAS LEIS PERTINENTES À ARBITRAGEM, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	475
Anexo 1 – Lei de arbitragem - Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996.....	477
Anexo 2 – Lei de Arbitragem consolidada com a Lei 13.129/2015, destacadas as modificações com breves comentários	489
Anexo 3 – Lei 13.140, de 26 de junho de 2015 – marco legal da mediação	519
Anexo 4 – Emenda Regimental 18, de 17 de dezembro de 2014 do Superior Tribunal de Justiça – alteração do regimento interno.....	533
Anexo 5 – Conciliação, mediação e arbitragem no Código de Processo Civil de 2015	537
Anexo 6 – Artigos do CPC/2015 relacionados à arbitragem.....	555
OUTRAS OBRAS DO AUTOR	567